



A Materialidade dos Direitos

Aline de Carvalho Martins¹

É possível, a qualquer observador, verificar que o capitalismo vem desenvolvendo, com imenso afincio, uma capacidade, no mínimo, curiosa: a de conciliar elementos inconciliáveis. Um claro exemplo é o reconhecimento da cidadania a um conjunto, cada vez mais amplo, de seres humanos, convivendo cotidianamente com desigualdades que, de tão gritantes, são capazes de serem notadas, até mesmo por pessoas desatentas.

Haroldo Abreu – professor da Universidade Federal Fluminense, mestre e doutor pela UFRJ – apresenta importantes reflexões para desvendar esse aparente “mistério” e indicar alternativas a esta realidade, no livro *Para além dos direitos: cidadania e hegemonia no mundo moderno*, publicado no Rio de Janeiro, pela editora da UFRJ, em 2008.

Com o objetivo de apresentar uma crítica teórica acerca da cidadania, articulada concretamente ao processo de produção do capital, o autor resgata a teoria social de Marx e recupera a premissa de que o estatuto jurídico e status de igualdade dos cidadãos constituem, fundamentalmente, uma forma de escamotear as desigualdades postas pela apropriação privada dos meios de produção.

Um dos pontos fortes para a problematização do conceito de cidadania – que vem sendo utilizado com os mais diversos conteúdos políticos – é o resgate dos processos históricos que fundamentam suas acepções. Seguindo esta linha de raciocínio, o autor demonstra como as condições postas a partir do movimento de reestruturação do capital em diversos países, a partir dos anos 70 do século passado, acentuam, ainda mais, o hiato entre as garantias juridicamente postas e as concretas possibilidades de sua realização.

Considerando as assertivas acima, o livro busca resgatar os processos históricos da construção das diferentes características da formação política das nações. Também, as interferências de um modo de produção, cada vez mais internacionalizado, apresentam-se como questões fundamentais para a compreensão da fragmentação e da despolitização das classes trabalhadoras, em um contexto de estranhamento crescente entre indivíduo e totalidade social.

¹ Assistente Social, tecnologista em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz e doutoranda em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Endereço postal: Rua São Francisco Xavier, 524, 8. andar, Bloco D, Pavilhão João Lyra Filho, Maracanã, Rio de Janeiro, CEP: 20.550-900. Endereço eletrônico: rjalinemartins@yahoo.com.br

Ganha destaque o reconhecimento do fato de que, se não forem postos e enfrentados os processos hegemônicos e as identidades de classe, o ser humano será tratado de forma cada vez mais abstrata e distanciada de sua inserção social, contribuindo, assim, para a manutenção do conceito de cidadania, tratado somente no nível da ideiação.

A crítica às representações sociológicas hegemônicas torna-se, então, inevitável, quer na sua vertente liberal, na teoria dos fundadores da Sociologia como ciência positiva ou na clássica obra de Marshall. Assim, será demonstrado como estas teorias estão profundamente articuladas com o pensamento hegemônico e as condições históricas das sociedades a que pertenciam.

Esta discussão recupera a forma como Mill e Tocqueville – pensadores liberais que haviam presenciado diretamente a insurreição dos trabalhadores – salientavam a necessidade de mudanças no curso do capitalismo, para que sua preservação fosse possível. Recupera, também, como as teorias de Durkeim e Weber construíram, a partir deste paradigma, um pensamento sociológico, com o intuito de justificar um pertencimento funcional e uma reificação da ordem burguesa, escamoteando os conflitos de classe.

A clássica obra de T. H. Marshall *Cidadania, classe social e status*, que defende uma tendência para a ampliação dos direitos, será refutada, a partir de uma reflexão detalhada sobre os elementos constitutivos da própria teoria Marshalliana. Para isso, é apresentada uma dura crítica ao trabalho de Marshall, a partir de seus pressupostos: o status de igualdade como uma mediação entre indivíduo/sociedade e a difusão de um sentimento de pertencimento social, a partir de uma identidade cidadã destituída de identidade de classe, apresentada como forma de integração harmonizada na sociedade.

Para os que desejam uma alternativa – quer teórica, quer política – a esta realidade, faz-se necessário apostar na construção de outros paradigmas. Esta, entretanto, não será uma tarefa fácil. Por isso, o livro recupera a dificuldade da reconstrução da identidade daqueles que, para sobreviver, necessitam vender a sua força de trabalho, em virtude das novas configurações das bases produtivas e a implicação da cidadania em todo esse processo.

Esta é uma reflexão fundamental, apresentada pelo autor, pois, se a cidadania for vista como um ente acima das relações sociais e não profundamente entranhada nelas, há uma tendência de que esta seja abordada, do ponto de vista mitológico em detrimento do histórico, reforçando, portanto, o alijamento dos trabalhadores da vida e da riqueza social, em prol da reificação do funcionamento da sociedade.

Trata-se de uma leitura densa e particularmente difícil para aqueles que não estiverem iniciados à teoria marxista e à obra dos autores analisados na segunda parte do livro. Sua contribuição maior funda-se no fato de resgatar, teoricamente, a estreita articulação entre cidadania, hegemonia e luta de classe, desmistificando uma parte relevante do pensamento social, que, atualmente, festeja o aumento do reconhecimento de direitos e a ampliação da cidadania em escala planetária, sem se debruçar com o mesmo empenho nas condições sociais que mediatizam a concretude da vida humana.

A leitura do livro nos convoca a uma reflexão de que os direitos só existem, quando estão plasmados em condições reais que possibilitam sua efetivação. A simples afirmação dos direitos – apesar de sua indubitável importância – não é, por si só, capaz de realizá-los. Trata-se, portanto, de uma cidadania sem respaldo empírico, ineficiente

e ineficaz, uma vez que se organiza, a partir de uma base material apropriada cada vez mais privadamente.

O livro refuta o pensamento de Bobbio, o qual defende que o maior desafio da atualidade não é fundamentar os direitos humanos e, sim, garanti-los. Polemiza, também, com o pensamento da Social Democracia, firmando que a cidadania e o também reconhecimento de direitos são incompatíveis com o modo de produção capitalista, na sua radicalidade: as reformas no capitalismo não são possíveis, pois não existe capitalismo humanizado. O que existe é um modo de produção incompatível com a universalização e o alargamento dos direitos. Estamos tratando de um sistema altamente excludente e os desafios atuais para sua superação se tornam ainda maiores, dadas as novas formas fetichizantes da mercadoria e da contribuição do capital financeiro, no escamoteamento desta realidade. O reconhecimento – inclusive teórico-conceitual – destas contradições nos estimula a resgatar à pauta do debate a importância das longas narrativas e dos projetos societários coletivos, para a superação das contradições postas na atualidade.

No atual momento de alterações no mundo do trabalho e fragilidades no sentimento de pertencimento de classe, são sedutoras e constantes as propostas aclassistas que obscurecem a gênese destas questões, ao tratarem suas causas e consequências, de maneira superficial. Encontra-se, aí, outra importância desta leitura: provocar o leitor a se debruçar sobre a complexidade da luta hegemônica e a pensar sobre outros parâmetros, para a organização da vida social, que levem em conta a plena realização da pessoa humana.

Recebido em 30 de outubro de 2008.

Aceito para publicação, em 2 de dezembro de 2008.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

ABREU, Haroldo. Para além dos direitos: cidadania e hegemonia no mundo moderno. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p. 381.